

Transcrição

Vídeo animado: A história da saúde pública no Brasil - 500 anos na busca de soluções
(<https://www.youtube.com/watch?v=7ouSg6oNMe8>)

[00:00:00]

Exibição do logotipo da Fundação Oswaldo Cruz e da empresa produtora do vídeo

[00:27:00]

Início da animação exibindo uma mão escrevendo a palavra: apresentam

[00:32:00]

Música ao fundo e exibindo uma escrevendo o título do vídeo: A história da saúde pública no Brasil - 500 anos na busca de soluções.

[00:47:00]

Animação exibindo imagens relacionadas à história do Brasil.

[00:59:00]

[NARRADOR] – música ao fundo

A história da saúde do Brasil pode ser contada a partir do Descobrimento.

Claro, os índios já padeciam de algumas enfermidades, mas os problemas ficaram mais graves com a chegada dos colonizadores.

Foi lá, 500 anos atrás, que começamos a busca por soluções para as questões de saúde dos brasileiros.

“Terra à vista!”

Durante os 389 anos da Colônia e do Império, pouco ou quase nada se fez pela saúde no Brasil.

Já naquele tempo, o acesso aos tratamentos variava de acordo com a classe social.

Os pobres e escravos viviam em condições muito duras, e eram os primeiros a cair por terra.

Já os nobres e os colonos brancos com posses tinham acesso aos médicos e remédios da época.

E assim, maiores chances de enfrentar as doenças e a morte.

Para a maior parte da população, a opção eram as Santas Casas de Misericórdia, implantadas pelos religiosos.

Mas os hospitais viviam na pobreza e, na maioria das vezes, os tratamentos não iam além da canja de galinha e da caridade.

Os doentes recorriam aos curandeiros ou similares.

Na época, os grandes conhecedores das terapias de cura e do poder das ervas medicinais brasileiras.

“Vou curar vós suncê!”

Após a Independência, Dom Pedro I realizou as primeiras mudanças significativas para melhorar a saúde do povo.

Transformou escolas em faculdades, criou órgãos para vistoriar a higiene pública, delimitou funções para os praticantes da medicina.

Mas as medidas foram pouco eficazes.

Do tipo, para inglês ver.

O Império terminou com o agravamento das condições de saúde e o Brasil continuou com a imagem de um país doente, onde viver era um risco, um verdadeiro purgatório.

"Eu é que não vou para o Brasil, ó pá, lá tem muita doença!"

A República trouxe novos ares e esperanças de avanços na saúde.

"Agora sim, com a República, a saúde do povo vai melhorar!"

Com o fim da escravidão, o Brasil passou a depender da mão de obra dos imigrantes para o trabalho nas lavouras de café e nas fábricas.

Mas a fama de um país insalubre afugentava novos operários.

O período de 1900 a 1920 foi marcado por reformas urbanas e sanitárias, urbanas e sanitárias, principalmente nas grandes cidades, áreas portuárias e no Rio de Janeiro, então capital da república.

Apesar disso, o Brasil seguia refém dos problemas sanitários e das epidemias.

As mudanças propostas por muitos eram contrárias aos interesses políticos e econômicos daquele tempo.

No entanto, o crescimento do país dependia de uma população saudável e com capacidade produtiva.

Os sanitaristas comandaram este período realizando campanhas de saúde.

Um dos destaques, o médico Oswaldo Cruz, enfrentou até revoltas populares, mas convenceu o Estado a tornar obrigatória a vacinação contra a varíola.

As campanhas chegaram até os sertões do país, divulgando a importância do cuidado com a saúde no meio rural.

Mas os pobres continuavam em moradias precárias, e as doenças fazendo vítimas.

Só a gripe espanhola causou a morte de mais de 300 mil brasileiros.

Nos anos 20, surgiram as CAPS, as Caixas de Aposentadoria e Pensão.

Foram criadas pelos trabalhadores para garantir proteção na velhice e na doença.

Com o passar do tempo, e a pressão popular,

Getúlio Vargas decidiu ampliar o atendimento também para as outras categorias profissionais.

Getúlio Vargas: " Estamos expandindo o modelo das CAPS, agora elas passam a se chamar IAPS,

Institutos de Aposentadorias e Pensões, e vão atender muitas categorias profissionais.

Também estamos criando o Ministério da Educação e Saúde para dar mais atenção aos trabalhadores."

O período Getulista promoveu reformulações no sistema.

A atuação passou a ser mais centralizada, focada no tratamento das epidemias e endemias.

Só que as verbas da saúde acabavam desviadas para outros setores.

Boa parte dos recursos dos IAPS eram utilizados para financiar a industrialização do país.

E, mais uma vez, o atendimento não chegava a todos.

O Brasil continuava doente.

Música: “O povo tá doente, o povo tá infeliz.

Sem honestidade, não avança esse país.

O povo tá doente, o povo tá infeliz.

Sem honestidade, não avança esse país.

Não, não, não, não.”

A Constituição de 1934 proporcionou aos trabalhadores novos direitos, como a assistência médica e a licença gestante.

Até que em 1943 veio a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, que além dos benefícios à saúde, criou o salário mínimo e outras garantias trabalhistas.

Com a Segunda Guerra, o mundo paralisou perplexo diante de Adolf Hitler.

No Brasil, o desafio era levar mais saúde ao povo brasileiro.

Em 1953, foi criado o Ministério da Saúde, que se ocupava principalmente das políticas de atendimento nas zonas rurais, enquanto nas cidades o acesso à saúde era privilégio dos trabalhadores com carteira assinada.

O presidente JK estava muito ocupado em construir a nova capital e dar impulso à industrialização.

Atenção Brasil!

Atenção Brasil!

Atenção Minas Gerais!

As tropas do Segundo Exército, sob o comando do general Kruel, já sitiaram o Estado da Guanabara!

Veio a ditadura e os governos militares focaram os investimentos na segurança e no desenvolvimento.

Mais uma vez, a saúde sofreu com a redução das verbas e doenças como a Dengue, Meningite e Malária se intensificaram.

Diante das epidemias e do aumento da mortalidade infantil, o governo foi atrás de soluções.

Em 1966 nasceu o INPS com a missão de unificar todos os órgãos previdenciários que vinham funcionando desde 1930.

E claro, melhorar o atendimento médico.

A atenção primária, cada vez mais, era vista como responsabilidade dos municípios, e os casos complexos ficavam a cargo dos governos estaduais e federal.

Nos anos 70, o FAS, um fundo composto por recursos da loteria esportiva, destinava parte do dinheiro para a saúde.

Acho que isso é uma zebra!

Mesmo assim, no auge do milagre econômico brasileiro, as verbas para saúde representavam apenas 1% do orçamento geral da União.

A piora nos serviços públicos deu força para o crescimento dos grupos privados.

E os brasileiros entraram na roda viva dos planos de saúde.

Saúde virou sinônimo de mercadoria.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 86, ampliou os conceitos de saúde pública no Brasil e propôs mudanças baseadas no direito universal à saúde, com melhores condições de vida.

A forte presença de organismos internacionais também abriu os olhos da sociedade para o valor de ações de saneamento, medicina preventiva, descentralização dos serviços e participação nas decisões.

O relatório produzido durante a 8ª conferência foi tão importante que serviu de base para a elaboração do capítulo de saúde da Constituição de 88, e para a criação do SUS, Sistema Único de Saúde.

Declaro promulgada!

O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil!

Que Deus nos ajude e que isto se cumpra!”

Embora ainda com participação do setor privado, o SUS estabeleceu o princípio de um sistema de saúde gratuito e de qualidade para todos os brasileiros.

Vários programas importantes, como PSF, saúde da família, o Profae, de formação em enfermagem, e as RET-SUS, escolas técnicas profissionalizantes, foram criados nessa época, e até hoje contribuem para a qualificação e humanização do atendimento.

O Brasil mudou de patamar na saúde pública, os avanços são inegáveis, mas os desafios continuam imensos.

Até hoje o SUS não recebe verbas suficientes e isso tem reflexos diretos na qualidade do atendimento.

A saúde também segue sofrendo as consequências da corrupção e do gigantismo do Brasil.

Assim como há 500 anos, ainda estamos em busca de uma saúde de qualidade para o povo brasileiro.

E esperamos pelo momento onde o Brasil faça valer o artigo 196 da Constituição: Saúde, um direito de todos, um dever do Estado.